

RESENHAS CRÍTICAS

ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1993.

O presente volume é editado em homenagem ao Prof. Fernando Tarallo, prematuramente falecido aos 40 anos de idade. Consta de um *Prefácio*, de Ataliba T. de Castilho, uma *Apresentação*, de Mary Aizawa Kato, e de dez artigos da lavra dos seguintes professores: Maria Eugênia Lamoglia Duarte, Vicente C. Cerqueira, Sônia Maria Lazzarino Cyrino, Emilio G. Pagotto, Jairo M. Nunes, Mary A. Kato, Maria Aparecida C. R. Torres Morais, Maria Aparecida Garcia Lopes Rossi, Ilza Ribeiro e Charlotte C. Galvez, todos da UNICAMP. Há um "Posfácio" do Prof. Ian Roberts, da University of Wales, em tradução do inglês de Ruth Lopes Moino. Foram incluídos também dois trabalhos do professor postumamente homenageado, a saber: *Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro*, traduzido do inglês por Vicente Cerqueira, e *Diagnosticando uma gramática brasileira*.

Uma perspectiva diacrônica do português do Brasil, provinda de um grupo de lingüistas de vanguarda, como esses da UNICAMP, é fato auspicioso. Digo "auspicioso", porque o movimento estruturalista, que marcou a maior parte dos estudos lingüísticos de nosso século, assumindo posição decididamente sincronista, fez da diacronia "coisa do passado". Em conseqüência, a Filologia Românica, p. ex., foi murchando em nossos cursos universitários, refugiando-se, em muitos casos e em atitude defensiva, no terreno literário. O mesmo ocaso aguardava as aposentadas "gramáticas históricas". No entanto a contribuição da Lingüística Histórica, quer na sua feição naturalista quer na culturalista, foi poderosa e muito concorreu para desvendar a gênese das línguas de maior expressão cultural do mundo.

A esse respeito assim se manifesta a apresentadora (Mary Kato):

Desde a introdução do estudo da lingüística moderna no currículo dos cursos de Letras das universidades brasileiras, os estudos diacrônicos foram relegados a um segundo plano, ou mesmo ignorados, como conseqüência da ideologia rigidamente ahistórica do início do estruturalismo. Em muitos meios, os importantes trabalhos filológicos e comparativistas desenvolvidos no Brasil (cf. Naro, 1976, Matos e Silva, 1988) deixaram de ser incluídos na bibliografia das disciplinas de formação de nossos alunos de Letras. (p. 13)

Registra, com justiça, a Prof^a Mary Kato os nomes de Anthony Naro e Rosa Virgínia Matos e Silva no elenco representativo das figuras proeminentes dos es-

tudos diacrônicos no Brasil; deixa contudo de fazer justiça a valores da envergadura de um Serafim da Silva Neto, autor da primeira (e única) grande *História da língua portuguesa*, ou de um Celso Cunha, editor de textos críticos medievais, como *O cancionero de Martin Codax*, obra de renome internacional. E, se quisermos trabalho mais recente, temos à mão a *Histoire de la langue portugaise*, de Paul Teysier, que, embora estrangeiro (como é também o caso de Naro), constitui igualmente referência obrigatória, mormente porque neste seu livrinho, de modesta aparência, mostra-se metodologicamente original, ao tratar a diacronia como resultado da comparação de estados sincrônicos sucessivos. E, se se quiser um nome mais próximo no espaço, aí temos o do Prof. Segismundo Spina, catedrático da USP, a quem se deve, entre outros trabalhos, *A lírica trovadoresca*, obra de extraordinário mérito no campo da Filologia Portuguesa e Românica. E continuamos omissos.

De notar também que a Prof^a Mary Kato, reportando-se a um livro do Prof. Tarallo, faça o seguinte comentário:

Tarallo alista esses trechos [pertencentes ao séc. XVIII] e mostra ao leitor que, embora estranhas à primeira vista, essas formas tornam-se claras "à medida que penetramos em sua estrutura e funcionamento". (p.15).

E dá como exemplos: **intitulandoce** (= **intitulando ce** = **intitulando se**), **seachar** (= **se achar**), **edandolha** (= **e dando lha**), **mepediraó** (= **me pediraó**). Na verdade, não há em tais exemplos nada que diga respeito à "estrutura e funcionamento" da língua portuguesa. Trata-se apenas de uma questão ortográfica, ou seja, da forma de grafar, na linearidade da escrita, os elementos clíticos: se aglutinados, separados por hífen ou soltos. O problema da colocação dos clíticos não depende do sistema ortográfico; por exemplo, tanto em **intitulandoce** como em **intitulando-se**, temos um caso de êncrise.

Quanto ao enfoque teórico da análise proposta para investigação das mudanças ocorridas no PB (português brasileiro) em relação ao PE (português europeu), dá-nos a Prof^a Mary Kato o seguinte esclarecimento: "... houve o casamento selado de Tarallo, intravariacionista, com Kato, intervariacionista gerativista." (p. 16)

E, logo a seguir, acrescenta que, em consequência dessa visão convergente, chegou-se à conclusão de que "os conceitos de 'encaixamento' estrutural e 'parâmetro' gerativista poderiam ser conciliados". Todavia o teor dos artigos integrantes do volume mostra que o conceito de "parâmetro", gerativista, levou de longe as palmas ao conceito de "encaixamento" estrutural.

Surpreendente é a informação do acontecido à Prof^a Charlotte Galves, de "formação sólida em teoria gerativa":

Tendo aprendido primeiro o português europeu (PE) como língua estrangeira, viu-se tendo que desaprender tudo que já dominava para poder entender o que se passava no português brasileiro. (p. 16)

Ora, partindo do pressuposto da emergência de um português brasileiro dotado de novos parâmetros gerativistas, temos de admitir que algo mudou e que, no caso, essa mudança se deu do PE para o PB. Logo, para explicá-la diacronicamente temos de partir do PE (como, aliás, faz a autora no seu artigo "O enfraquecimento da concordância no português brasileiro", no qual recorre ao PE até em sua feição clássica, e no qual se ocupa mais com a posição dos clíticos pronominais no português do Brasil do que com a concordância, embora faça do enfraquecimento desta "a origem do surgimento de uma nova gramática no Brasil") e como partir do PE sem conhecê-lo? Estamos, pois, num aflitivo beco sem saída, ou seja, numa aporia.

Conforme dissemos, os dez artigos que compõem o presente volume se apóiam pesadamente na teoria gerativista de Noam Chomsky. Mas a teoria gerativista tem várias faces sucessivas, e cumpre, portanto, localizar o estágio em que se detiveram os passageiros desta viagem diacrônica, para tentar compreender a visão que formaram da diacronia lingüística brasileira.

Depois de *Aspects*, que fundou a teoria padrão (1965), foi *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding* (1982) que trouxe uma reviravolta nas teses anteriores, pois, nessa nova sintaxe, a ligação com o que se finha fazendo é muito frouxa. E, cremos poder dizer ser esse o modelo gerativista esposado pelos autores da presente miscelânea. Com efeito, são as idéias de parâmetro, recção, ligamento, teoria da barra-X, argumentos, forma lógica, categorias vazias, coindexação, anáforas, co-referência, etc. que predominam nos estudos dos colaboradores. Portanto resta saber qual a contribuição que o gerativismo cognitivo pode trazer à possível solução de certos problemas referentes ao português do Brasil, em sua progressiva diferenciação, senão já ruptura (novos parâmetros), segundo supõe a equipe componente do livro.

Em *Reflections on Language* (1975), Chomsky ponderou:

Nós poderíamos até pôr-nos ante a meta, ainda distante mas talvez atingível, de restringir de tal maneira o aparato da teoria da transformação, que o limitaríamos à regra da forma "desloque SN", com outras condições sobre sua aplicação expressas quer como condições gerais das regras, quer como propriedades de marcadores iniciais de frases, quer como propriedades de estruturas de superfície. (p. 112)

O que vemos então é a redução das regras de transformação a uma básica, regra de movimento, responsável pela posição das unidades lingüísticas na frase. Ora, essa de fato a orientação geral dos trabalhos inclusos no presente volume. Maria Eugênia Lamoglia Duarte fala da "trajetória do sujeito no português do Brasil";

Sônia Maria ocupa-se com "objeto nulo e clíticos"; os clíticos reaparecem no artigo de Emílio G. Pagotto; "Direção de cliticização" é assunto tratado por Jairo M. Nunes; Mary A. Kato, ao recontar a história das relativas, irá "propor que a posição da variável presa a este pronome relativo é de deslocamento à esquerda (**Left Dislocation** = LD), gerado na base"; Maria Aparecida C. R. Torres Morais apresenta um estudo sobre os "Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil"; Maria Aparecida G. Lopes Rossi começa o seu "Estudo diacrônico sobre as interrogativas do português do Brasil", afirmando que "As interrogativas-Q e interrogativas sim/não do português brasileiro moderno (PMB) passaram por uma mudança sintática com respeito ao movimento do elemento interrogativo (Qu) e de verbo flexionado (V).; finalmente, Charlotte C. Galves, ao se voltar para a questão do enfraquecimento da concordância no português brasileiro, detêm-se prioritariamente na fixação da ordem dos elementos na seqüência sintática SVO e na determinação da posição dos clíticos.

De acordo com as análises feitas, verifica-se que essa movimentação se processa toda no interior de uma língua-I, que é uma "estrutura abstraída a partir de um estado da faculdade lingüística, que é um componente da mente" (Chomsky, 1989: 38). Por seu turno, a língua-E é a língua tradicionalmente entendida como tal, a língua historicamente realizada, que "foi o objeto de estudo na maior parte das gramáticas tradicionais ou estruturalistas ou na psicologia do comportamento, mas que agora se concebe nada mais que um epifenômeno" (ib.: 40). Impor-se-ia, pois, um deslocamento epistemológico da língua-E para a língua-I. Vejamos outra citação:

A língua-I se abstrai diretamente como um componente do estado obtido [o estado estável de conhecimento e o estado inicial S(O)]. As afirmações sobre a Língua-I, sobre o estado estável e sobre o estado inicial são afirmações verdadeiras ou falsas, sobre algo real e determinado, sobre estados reais da mente / cérebro e seus componentes (...). (ib.: 42)

Como controlar, porém, a consistência de tais afirmações? Partir-se-ia de premissas filosóficas, das quais, por dedução, se construiria um sistema interpretativo da realidade do universo (no caso, mais especificamente, da realidade lingüística)? Neste ponto, prega Chomsky exatamente o contrário. Eis o que diz logo a seguir:

A Lingüística entendida como estudo da língua-I e de S(O) constitui uma parte da Psicologia, em última instância da Biologia. A Lingüística ficará incorporada às ciências naturais na medida em que se descubram os mecanismos com as propriedades reveladas por esses estudos de uma abstração superior; de fato, há que esperar que tais estudos constituam um passo necessário para uma investigação séria desses mecanismos.

Relembre-se ainda que, para Chomsky, a inteligência não passa de um órgão mental, comparável, p. ex., ao coração (1975:59). Mecanismo, órgão mental, biologismo, como estamos próximos de Comte e da alma como conjunto de funções do cérebro! E, mais ainda, do mecanicismo behaviorista de Bloomfield. E conseqüência inevitável: a transferência dos estudos de Linguística dos Institutos de Ciências Humanas para os de Ciências Naturais.

Como, porém, acompanhar o percurso das mudanças lingüísticas na mente/cérebro dos sujeitos falantes? Para isso, cremos, temos de ter o Prof. Chomsky por guia inspirado, a conduzir-nos pelos meandros do labirinto gerativista. Pois só ele possui a pedra filosofal capaz de transformar elucubrações de gabinete em regras, teorias e princípios, aliás prodigamente. Pois aí estão a teoria da barra-X, a teoria theta, a teoria do ligamento, a teoria do vestígio, a condição de sujeito especificado, a condição de subjacência, a condição de superioridade, as regras de projeção, de movimento, os princípios das categorias vazias, do sujeito obrigatório, as idéias de gramática universal, de forma lógica, de parâmetro, de língua interiorizada, que mais sei eu? É uma proliferação de regras e representações em número superior aos epiciclos de Ptolomeu.

E como se houveram os colaboradores do presente volume com todo esse aparato teórico e metodológico em sua viagem diacrônica pelo português brasileiro? Note-se que, tendo sido posta à margem a Língua-E, os condicionamentos histórico-culturais deixaram de ter validade. O que restou foi então o seguinte (artigo de Maria Eugênia Lamoglia Duarte): Comparam-se dados estatísticos referentes a sujeitos plenos e nulos (melhor, explícitos e implícitos) em textos de autores brasileiros mais próximos da língua falada (como na linguagem teatral), da segunda metade do séc. XIX até os nossos dias e verifica-se que houve uma evolução no sentido de frequência cada vez maior de emprego de pronome plano (ou até pleonástico, como em "As mulheres, elas..."). A que se deve esse fato? É neste ponto que a A. recorre ao equipamento interpretativo chomskiano, isto é, aos recursos do gerativismo cognitivo. Portanto abandonam-se as coordenadas histórico-sociais. Eis o resultado do procedimento:

Os resultados da pesquisa evidenciam o fato de que a redução no quadro de desinências verbais alterou as características de língua "pro-drop" que o português do Brasil apresentava antes de 1937. Embora o sujeito nulo continue sendo **licenciado** por AGR – prova disso é a existência do sujeito nulo não referencial – a **identificação** de sujeito nulo referencial ficou comprometida, transformando-se a ocorrência de **pro** num fenômeno periférico que depende fundamentalmente de um reforço externo ao elemento de concordância. (p. 123)

Algumas observações. A A. relaciona a emergência do sujeito pleno com as perdas das desinências número-pessoais, o que, sabe-se, é tese antiga. Marcar uma data (1937) porém, para separar duas situações no terreno das evoluções lingüísticas

é excessiva temeridade, quaisquer que sejam as razões invocadas. O fato só excepcionalmente pode acontecer, quando, p. ex., se diz que o dalmático desapareceu em 1898, isso porque seu último falante, Antônio Udina, faleceu nesse mesmo ano. AGR é abreviatura de "concordância" (em ingl. **agreement**) e **licenciado** é expressão tomada ao jargão gerativista. A A. relaciona com razão sujeito nulo e perda das flexões verbais. Mas por que se perderam as flexões verbais? Na p. 115, introduz-se discretamente o critério da faixa etária e, na p. 122, é a língua coloquial que entra em cena. Eis uma pista, mas, parece-me, que refoge aos parâmetros do gerativismo cognitivo.

Outro exemplo podemos tomar ao artigo de Jairo M. Nunes sobre a direção da cliticização. Segundo o A., houve no português brasileiro moderno "uma mudança na direção de cliticização fonológica ocorrida no século passado, que impossibilitou o licenciamento da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa" (p. 208). Dá como exemplo "Lhe telefone amanhã", permitido, e "O chamo amanhã", não permitido. Lembro que o reflexivo *se* também pode ser acusativo (é a sua função mais comum) e existe até uma estação televisora que usa como refrão publicitário (o que é de péssimo gosto) a expressão "se liga". Concordo em parte com o A. em que há certa resistência para o uso de *se* em tal posição; o que não impede que a sua explicação do fato não seja satisfatória.

Eis alguns trechos de sua argumentação que, espero, darão uma idéia da forma como investigou o fenômeno:

Minha hipótese é que os clíticos acusativos de terceira pessoa em português não perderam o **onset** de suas sílabas. Esse **onset** será tido como subespecificado subjacentemente, necessitando, portanto, ser licenciado por processos outros que não o licenciamento pelo nóculo da sílaba. (p. 208)

Em suma, o fato de que a cliticização fonológica dá-se da direita para a esquerda em português europeu moderno permite que o **onset** da sílaba dos clíticos acusativos de terceira pessoa seja licenciado mesmo quando o clítico não se incorpora sintaticamente à palavra que o precede. (p. 212)

Construções simples e robustas envolvendo clíticos acusativos de terceira pessoa certamente faziam parte do ambiente lingüístico disponível à criança brasileira do princípio do século XX. Entretanto, para uma geração que adquiriu um valor diferente para a direção da cliticização fonológica, tornou-se impossível adquirir também os clíticos acusativos de terceira pessoa, uma vez que o **onset** de suas sílabas não pôde mais ser licenciado. (p. 220)

Para melhor acompanhamento da linha de raciocínio do Prof. Jairo, transcrevo o que, a respeito de ONSET, informa David Crystal em seu *A First Dictionary of Linguistics and Phonetics*:

Termo usado em FONÉTICA e FONOLOGIA para referência ao *segmento de uma unidade lingüística* de abertura (e.g. uma **sílaba**, uma **unidade tonal**) ou ao movimento **articulatório** que inicia um som da fala (e.g. a fase de **fechamento** de uma **africada**).

Quer dizer, para o Prof. Jairo, no PE a cliticização se dá da direita para a esquerda, ao passo que no PB ocorre o contrário. É como se afirmássemos que o PE tende para a ênclise e nós para a próclise. Eis um exemplo: *Vamo-nos encontrar* (PE), *Vamos nos-encontrar* (PB).

No entanto é sabido que (gerou até polêmica) foi havida como brasileirismo condenável a ênclise em orações subordinadas, principalmente as relativas. O alvo das setas dos aristarcos concretizou-se no romancista José de Alencar, de quem colhemos os seguintes exemplos buscados a Chaves de Melo (1972: 106-107): "Volta a Cipião, que deu-lhe chão contigo"; "sabe que sujeita-se à morte; "aquela que roubou-me o amor"; "quando lembrou-se que...". Tal colocação não é havida por literária.

Embora em tom extremamente cauteloso, por se tratar de "língua morta", ao Prof. Jairo "parece que podemos tomar a direção de cliticização em português antigo como também sendo da direita para a esquerda" (p. 212). Ou seja, a mesma do português moderno.

Na realidade a coisa não é tão simples. Perpassando textos arcaicos, particularmente em prosa, textos notariais dos sécs. XIII e XIV, ou da *Demanda* (séc. XIV), o que se nota é a tendência para anteposição (não necessariamente junto ao verbo), exceto em frases jussivas, e posposição com as formas tônicas do pronome, regidas de preposição. E, em *Trechos Seletos*, Sousa da Silveira traz exemplos do PE moderno em que ocorre colocação semelhante à dita brasileira: "Quê! me deixas finalmente?" (Castro, *Ulisséia*), "Senhor Jesus, me acorrei!" (Herculano, *Lendas*), "Irmã, te rogo" (Filinto, *Mártires*), "Mo deparas mais brando?" (Filinto, *Obras*). É certo que se trata de frases interrogativas ou jussivas, onde o falante ocupa pronominalmente posição enfática. Nos *Lusíadas*, em frases imperativas e orações intercaladas, também encontramos, "à brasileira", a colocação proclítica: "Agora tu, Calíope, me ensina" (III, I:1), "Em castigar os feitos inumanos / Vos gloriái de peito forte e astuto" (VII, 13:5-6), "Mas tu me dá que cumpra, ó grão rainha / Das musas, co que quero à nação minha" (X, 9:9-10), "Quem é, me dize, estoutro que me espanta" (VIII, 10:1), "Abrindo, lhe responde, o mar profundo" (VII, 25:5). E, na mesma estrofe, outra próclise "brasileira": "Em vendo o mensageiro, com jocundo/Rosto, como quem sabe a língua hispana / Lhe disse" (1-3).

Tais fatos não devem ser tomados em consideração?

A base teórica em que se apoia o Prof. Jairo é o modelo gerativista-cognitivo. Nesse modelo, não há lugar para os fatores ditos externos, ou, mais propriamente, culturais. Por isso limita-se o Prof. Jairo à análise interna da evolução da colocação dos clíticos pronominais do PE para o que chama, englobadamente, o PB. Refere-se, sem entrar em detalhes, naturalmente, à origem dos clíticos acusativos em português (o demonstrativo *illum/illam/illud* da terceira pessoa), passa pelo português antigo (ou, melhor, arcaico), chega ao PE moderno e daí finalmente ao PB também moderno. Documenta a evolução com apoio em Carvalho e Mattos e Silva, mas, principalmente em sua vivência de falante nativo, no que tange ao PB moderno. Buscando explicar o sentido dessa evolução e sua divergência n o tocante ao PE e ao PB, recorre a processos puramente internos, como o **onset**, o **maximal onset principle**, licenciamento do **onset**, condição de subjacência, efeitos de ilha, objeto nulo e, certamente, desvio paramétrico. Parece que a língua fica sitiada numa redomamental (aliás mais orgânica do que mental, pois a Linguística estudaria um "órgão mental", como qualquer outro órgão do corpo humano). A estrutura de superfície, ou seja, a Língua-E, a língua histórica, a língua propriamente dita passa a ser ignorada. A colocação dos clíticos na língua arcaica é mais complexa do que pareceu ao A. e o que nela domina é o fato da mobilidade de tais elementos. E isso perdura até hoje, levando os gramáticos a formularem regras sobre o seu uso. A causa real ou objetiva não é perquirida. Investigações como a de Said Ali sobre a colocação dos pronomes pessoais átonos na frase portuguesa, muito bem fundamentadas, não merecem qualquer aproveitamento (Said Ali será procurado em vão nas "Referências Bibliográficas"). No entanto, o tratamento que dá ao tema, com recurso à forma fonética da estrutura de superfície, é altamente esclarecedor. Uma citaçãozinha:

Fundando-se ela [a colocação] na pronúncia própria do falar lusitano, impossível será haver entre nós identidade de colocação, se não é idêntica a pronúncia. Lá os pronomes são átonos; o e final em **me, te, se** é tão abafado que mal se ouve. Cá estamos habituados a empregar já certa acentuação quando o pronome vem anteposto ao verbo, dizendo aproximadamente **mi, ti, si**; para nós Brasileiros seria extremamente difícil pronunciar à portuguesa **m', t', s', lh'**. (1957:51)

É a questão fundamental do ritmo da frase, nem sequer levantada no artigo do Prof. Jairo. E, se de **onset** se trata, coisa, na verdade, de outra natureza, então, com maior razão, se impunha a presença de Said Ali.

Também convinha dar uma olhada no artigo de Mattoso Câmara Jr., publicado primeiramente na *Miscelânea Homenaje a André Martinet*, I, 1957, e hoje incorporado, em tradução (o original está em francês) a *Dispersos*, 1972. Nele o saudoso lingüista se ocupa com "Ele comme un accusatif dans le portugais du Brésil", problema, como se sabe, conexo com o do esvaimento do clítico *o, lo, no*, no português coloquial brasileiro. Aí lemos estas palavras dignas de reflexão, que Mestre Mattoso Câmara, na perspectiva do estruturalismo descritivista, deixou inscrites:

Il y a eu d'abord un fait phonétique qui consiste en deux traits phonétiques entrelacés. C'est la tendance du pronom régime atone, à coté du verbe, à être toujours proclitique dans le langage oral au Brésil. Cette proclise systématique, préférée à l'enclise, semble découler d'un second trait. Je veux parler de l'intensification de la première consonne d'un mot phonétique, laquelle y fonctionne comme une tranche de la chaîne parlée. Une telle intensification sert à mettre en valeur la particule pronominale atone proclitique dans le mot phonétique verbal. L'enclise au contraire efface le relief phonétique de la particule. (I, 1957: 43)

No caso de ter havido divergência de sínclise pronominal, quem mais se teria afastado do cânone antigo: Brasil ou Portugal? Será que ainda dessa vez fomos nós os conservadores? Pois o velho Fernão de Oliveira não dissera, ecoando o **ore rotundo** horaciano, que "nós falamos boquicheios com mais majestade e firmeza" e ainda que "nós falamos com grande repouso como homens assentados"? E, se fomos nós que divergimos, que motivos nos terão impelido a isso que não aos portugueses? O adstrato africano, como já se aventou? Língua e cultura são inseparáveis. Volta, pois, rediviva, com novas roupagens, a velha e magna questão da colocação dos pronomes pessoais atônicos.

Para finalizar, duas nugas. Na p. 258 (artigo de Mary A. Kato), à frase italiano **Non so proprio chi, questo libro, protrebbe recencirlo per domani** se dá a seguinte tradução: **Não sei se, esse livro, poderei resenhá-lo para amanhã**, quando o que está no texto original é **Não sei realmente quem, este livro, poderia resenhá-lo para amanhã**". Corrija-se também **recencirlo** para **recensirlo**.

E, na p. 265 (artigo de Maria Aparecida C. R. Torres Morais), a frase alemã *Ich habe schon letztes Jahr diesen Roman gelesen* vem vertida literalmente "Eu tinha já no último ano este livro lido", pondo o ptg. **livro** como correspondente ao alemão **Roman**, que, na verdade, significa "romance"; sabidamente a palavra alemã que traduz correntemente o nosso **livro** é **Buch**.

Enfim, o que desejaríamos é que cabeças jovens e tão bem dotadas viessem a libertar-se do ludismo teorizante do Sr. Noam Chomsky e que, emergindo das escuridades profundas dos mares cognitivos, voltassem a contemplar a luz do dia e assim, pesquisando realidades e não duendes, lograssem trazer-nos matéria sábia e saborosa para alimento do interminável diálogo das gerações.

*

CITAÇÕES

CHOMSKY, Noam (1975). *Reflections on Language*, New York, Pantheon Books.

CRYSTAL, David (1980). *A First Dictionary of Linguistics and Phonetics*, Londres, André Deutsch.

MELO, Gladstone Chaves de (1972). *Alencar e a "Língua Brasileira"*, 3a. ed., Conselho Federal de Cultura.

MISCELÁNEA *homenaje a André Martinet*, I (1957), Canarias, Universidade de La Laguna.

SAID ALI, M. (1957). *Dificuldades da língua portuguesa*, 5a. ed., Rio de Janeiro, Acadêmica.

SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de Sousa da (1942). *Trechos seletos*, 5a. ed., São Paulo, Editora Nacional.

A tradução dos textos em língua estrangeira é da responsabilidade do Autor.

Sílvio Elia
